



Minuta

Instrução Normativa 28/2008

Resolução CNPS nº 1.348, de 12 de abril de 2022

Art. 2º Para os fins desta Instrução Normativa, considera-se:

- XVI - **instituição consignatária acordante**: instituições financeiras e entidades fechadas de previdência complementar (que cumpram o objeto principal de administração de planos de benefícios de natureza previdenciária e atuem, acessoriamente, com operações de empréstimo consignado, na forma verificada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC), que tenham celebrado Acordo de Cooperação Técnica com o INSS e contrato com a Dataprev, para fins desta Instrução Normativa; (N.R.)

Observação: excetuando a parte do Empréstimo Pessoal, a expressão “instituição financeira” foi substituída por “instituição consignatária acordante”. Foram adicionados os incisos (XVI, XVII e XVIII).

Art. 2º Para os fins desta Instrução Normativa, considera-se: (continuação)

- XVII - **crédito consignado**: operação de empréstimo pessoal, cartão de crédito e cartão consignado de benefício; (N.R.)
- XIX - **cartão consignado de benefício**: forma de operação concedida por instituição consignatária acordante para contratação e financiamento de bens, de despesas decorrentes de serviços e saques, e concessão de outros benefícios vinculados ao respectivo cartão. (N.R.)

CAPÍTULO VI

DO CARTÃO DE CRÉDITO E CARTÃO CONSIGNADO DE BENEFÍCIO

- Art. 15. Os titulares de BPC/Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, bem como dos benefícios previdenciários de aposentadoria e pensão por morte pagos pela Previdência Social, sem limite de idade, poderão constituir RMC para utilização de cartão de crédito ou cartão consignado de benefício, de acordo com os seguintes critérios, observado ainda o disposto nos arts. 9º, 21-A e 58: (N.R.)

CAPÍTULO VI

DO CARTÃO DE CRÉDITO E CARTÃO

CONSIGNADO DE BENEFÍCIO (continuação Art. 15.)

- I - a constituição de RMC somente poderá ocorrer após a solicitação formal firmada pelo titular do benefício, por escrito ou por meio eletrônico, sendo vedada à instituição consignatária acordante emitir cartão adicional ou derivado e cobrar taxa de manutenção ou anuidade; (N.R.)

CAPÍTULO VI

DO CARTÃO DE CRÉDITO E CARTÃO CONSIGNADO DE BENEFÍCIO (continuação Art. 15.)

- II - a instituição consignatária acordante poderá cobrar até R\$ 15,00 (quinze reais) de taxa pela emissão do cartão que, a critério do beneficiário, poderá ser parcelada em até 3 (três) vezes. (N.R.)
- Parágrafo único. O valor previsto no inciso II do caput poderá ser atualizado anualmente, a partir de 1º de janeiro de 2020, de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do ano anterior.

CAPÍTULO VI

DO CARTÃO DE CRÉDITO E CARTÃO CONSIGNADO DE BENEFÍCIO (continuação Art. 16.)

- Art. 16. Nas operações tratadas neste Capítulo, observado no que couber o disposto no art. 58, serão considerados: (N.R.)
- II - o limite máximo concedido no cartão de crédito para o pagamento de despesas contraídas com a finalidade de compras e saques é de 1,60 (um inteiro e sessenta centésimos) vez o valor da renda mensal do benefício previdenciário;

CAPÍTULO VI

DO CARTÃO DE CRÉDITO E CARTÃO

CONSIGNADO DE BENEFÍCIO (continuação Art. 16.)

- III - a taxa de juros não poderá ser superior a três inteiros e seis centésimos por cento (3,06%), de forma que expresse o custo efetivo;
- IV - é vedada a cobrança da TAC e quaisquer outras taxas administrativas, exceto a prevista no inciso II do art. 15 e § 1º deste artigo; e

CAPÍTULO VI

DO CARTÃO DE CRÉDITO E CARTÃO CONSIGNADO DE BENEFÍCIO (continuação Art. 16.)

- V - o beneficiário, ao constituir a RMC, não poderá ser onerado com a cobrança de qualquer custo adicional de manutenção ou anuidade, excetuando o previsto nesta Instrução Normativa, de forma que a taxa de juros expresse o custo efetivo do cartão de crédito.
- § 1º O titular do cartão poderá optar pela contratação de seguro contra roubo, perda ou extravio, cujo prêmio anual não poderá exceder R\$ 3,90 (três reais e noventa centavos). (N.R.)

CAPÍTULO VI

DO CARTÃO DE CRÉDITO E CARTÃO CONSIGNADO DE BENEFÍCIO (continuação Art. 16.)

- § 2º A instituição consignatária acordante não poderá aplicar juros sobre o valor das compras pagas com cartão de crédito quando o beneficiário consignar a liquidação do valor total da fatura em uma única parcela na data de vencimento. (N.R.)
- § 3º Eventual saldo para liquidação fica limitado ao número de prestações, previsto no inciso I do art. 13. (N.R.)

CAPÍTULO VI

DO CARTÃO DE CRÉDITO E CARTÃO CONSIGNADO DE BENEFÍCIO (continuação Art. 16.)

- § 4º É obrigatória a amortização mensal constante e de mesmo valor, na ausência de novas compras ou saques. (N.R.)
- § 5º O limite disponível para saque é de até 70% (setenta por cento) do limite do cartão, vedada a formalização do contrato por telefone. (N.R.)

CAPÍTULO VI

DO CARTÃO DE CRÉDITO E CARTÃO CONSIGNADO DE BENEFÍCIO (continuação Art. 17.)

- Art. 17. A instituição consignatária acordante que tenha celebrado contrato de cartão de crédito e/ou cartão consignado de benefício deverá: (N.R.)
- I - utilizar, em todos os casos, o Termo de Consentimento Esclarecido – TCE, nos moldes estabelecidos no art. 21-A; (N.R.)
- II - enviar, no ato da contratação, material informativo para melhor compreensão do produto; (N.R.)

CAPÍTULO VI

DO CARTÃO DE CRÉDITO E CARTÃO CONSIGNADO DE BENEFÍCIO (continuação Art. 17.)

- III - entregar o cartão em meio físico ao titular do benefício; e (N.R.)
- IV - enviar, mensalmente, fatura em meio físico ou eletrônico, respeitada a opção do beneficiário, com informações essenciais mínimas em destaque, descrição detalhada das operações realizadas na qual conste o valor de cada operação e local onde foram efetivadas, bem como o número de telefone e o endereço para a solução de dúvidas.
(N.R.)

CAPÍTULO VI

DO CARTÃO DE CRÉDITO E CARTÃO

CONSIGNADO DE BENEFÍCIO (continuação Art. 17-A.)

- Art. 17-A. O beneficiário poderá, a qualquer tempo, independentemente de seu adimplemento contratual, solicitar o cancelamento do cartão de crédito e/ou cartão consignado de benefício junto à instituição consignatária acordante. (N.R.)

CAPÍTULO VI

DO CARTÃO DE CRÉDITO E CARTÃO

CONSIGNADO DE BENEFÍCIO (continuação Art. 17-A.)

- § 1º Se o beneficiário estiver em débito com a instituição consignatária acordante, esta deverá conceder-lhe a faculdade de optar pelo pagamento do eventual saldo devedor, por liquidação imediata do valor total ou por meio de descontos consignados na RMC do seu benefício, observados os termos do contrato firmado entre as partes, o limite estabelecido no inciso II do § 1º do art. 3º, bem como as disposições constantes nos arts. 15 a 17. (N.R.)

CAPÍTULO VI

DO CARTÃO DE CRÉDITO E CARTÃO CONSIGNADO DE BENEFÍCIO (continuação Art. 17-A.)

- § 2º A instituição consignatária acordante que receber uma solicitação do beneficiário para cancelamento do cartão de crédito e/ou cartão consignado de benefício deverá enviar o comando de exclusão da RMC à Dataprev, via arquivo magnético, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da solicitação, quando não houver saldos a pagar, ou da data da liquidação do saldo devedor. (N.R.)

CAPÍTULO VI

DO CARTÃO DE CRÉDITO E CARTÃO

CONSIGNADO DE BENEFÍCIO (continuação Art. 17-B.)

- Art. 17-B. Na contratação do cartão consignado de benefício, que consiste em uma forma de operação para contratação e financiamento de bens, de despesas decorrentes de serviços e saques, e concessão de outros benefícios vinculados ao respectivo cartão, além do disposto nos arts. 15 a 17-A, é obrigatória: (N.R.)

Observação: Artigo incluído para tratar das particularidades do cartão consignado de benefício.

CAPÍTULO VI

DO CARTÃO DE CRÉDITO E CARTÃO CONSIGNADO DE BENEFÍCIO (continuação Art. 17-B.)

- I - a oferta mínima de auxílio funeral e seguro de vida, sem limite de idade, no valor de, no mínimo, R\$ 2.000,00 (dois mil reais) cada, atualizado anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, independente da causa mortis, bem como descontos em redes de farmácias conveniadas; e
- II - a entrega do cartão em meio físico para o beneficiário, bem como das apólices de seguro de vida e do auxílio-funeral.

CAPÍTULO VI

DO CARTÃO DE CRÉDITO E CARTÃO CONSIGNADO DE BENEFÍCIO (continuação Art. 17-B.)

- § 1º As apólices do seguro de vida e do auxílio funeral terão validade por 2 (dois) anos contados:
 - I - da contratação do cartão;
 - II - da utilização do cartão para compras ou saques; ou
 - III - do último desconto em folha.

CAPÍTULO VI

DO CARTÃO DE CRÉDITO E CARTÃO

CONSIGNADO DE BENEFÍCIO (continuação Art. 17-B.)

- § 2º Na apólice do seguro de vida deverão constar os beneficiários indicados pelo titular do cartão e, na falta desses, o benefício será pago aos herdeiros na forma do Código Civil.
- § 3º O seguro de vida será pago no prazo estabelecido pela regulamentação específica da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

CAPÍTULO VI

DO CARTÃO DE CRÉDITO E CARTÃO

CONSIGNADO DE BENEFÍCIO (continuação Art. 17-B.)

- § 4º O auxílio funeral será pago preferencialmente em pecúnia, em até 5 (cinco) dias úteis a contar do pedido, ou na forma de serviço, que será discriminado previamente pela instituição financeira perante o INSS e devidamente informado ao beneficiário.

TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO

- Art. 21-A Sem prejuízo das informações do art. 21, nas autorizações de descontos decorrentes da celebração de contratos de Cartão de Crédito ou Cartão Consignado de Benefício com RMC, o contrato firmado entre o beneficiário do INSS e a instituição consignatária deverá, obrigatoriamente, nos termos da decisão homologatória de acordo firmado na Ação Civil Pública nº 0106890-28.2015.4.01.3700, ser acompanhado de TCE, que constará de página única, reservada exclusivamente para tal documento, constituindo-se instrumento apartado de outros que formalizem a contratação do Cartão de Crédito Consignado, e conterà, necessariamente: (N.R.)

TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO (continuação Art. 21-A.)

- I - a expressão "TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO OU CARTÃO CONSIGNADO DE BENEFÍCIO", inserida na parte superior do documento e com fonte (arial ou times new roman) em tamanho 14 (quatorze);
(N.R.)

TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO (continuação Art. 21-A.)

- VII - as seguintes inscrições, todas registradas em fonte com tamanho doze e na ordem aqui apresentada:
- a) contratei um Cartão de Crédito Consignado ou Cartão Consignado de Benefício; (N.R.)
- b) fui informado que a realização de saque mediante a utilização do meu limite do Cartão ensejará a incidência de encargos e que o valor do saque, acrescido destes encargos, constará na minha próxima fatura do cartão; (N.R.)

TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO (continuação Art. 21-A, VII.)

- e) estou ciente de que a taxa de juros do cartão de crédito consignado ou cartão consignado de benefício é inferior à taxa de juros do cartão de crédito convencional; (N.R.)
- f) sendo utilizado o limite parcial ou total de meu cartão, para saques ou compras, em uma única transação, o saldo devedor do cartão será liquidado ao final de até o número de meses que não exceda o disposto no inciso I do art. 13, contados a partir da data do primeiro desconto em folha, desde que: (N.R.)

PENALIDADES

- Art. 52. Constatadas irregularidades nas operações de consignação/RMC realizadas pelas instituições consignatárias acordantes ou por correspondentes bancários a seu serviço, na veiculação, na ausência de respostas ou na prestação de informações falsas ou incorretas aos beneficiários, sem prejuízo das operações regulares, o INSS aplicará as seguintes penalidades:

PENALIDADES

(continuação - art. 52)

- I - **advertência**, se realizar:
- a) atividade de marketing ativo, oferta comercial, proposta, publicidade direcionada a beneficiário específico ou qualquer tipo de atividade tendente a convencer o beneficiário do INSS a celebrar contratos de crédito consignado, com pagamento mediante consignação em benefício, antes do decurso de 180 (cento e oitenta) dias contatos a partir da respectiva DDB, em desacordo com o § 3º do art. 1º; e
- b) qualquer oferta de operação de crédito consignado a partir do prazo de efetivação do bloqueio solicitado pelo beneficiário por cadastramento na plataforma “Não me Perturbe”;

PENALIDADES

(continuação - art. 52)

- II - **suspensão** do recebimento de novas consignações/RMC, pelo prazo de **5 (cinco) dias** úteis, quando:
 - a) reincidir as infrações punidas com advertência, prevista no inciso I;
 - b) deixar de liberar o valor contratado na forma e prazo indicados no art. 23;

PENALIDADES

(continuação - art. 52, II – suspensão 5 dias úteis)

- c) não enviar comando de exclusão da RMC à Dataprev, via arquivo magnético, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da solicitação, quando não houver saldos a pagar, ou da data da liquidação do saldo devedor, por infringência ao § 2º do art. 17-A;
- d) inviabilizar a quitação antecipada do contrato pelo beneficiário na forma e prazo indicados nos §§ 1º e 2º do art. 23;

PENALIDADES

(continuação - art. 52, II – suspensão 5 dias úteis)

- e) deixar de apresentar, quando solicitado nos termos do art. 40, o contrato que instrumentaliza a operação de crédito consignado ou qualquer outro documento necessário à averbação, ou ainda, esclarecimentos quanto à regularidade da operação ou atendimento à solicitação de órgãos externos;
- f) deixar de proceder, tempestivamente, à devolução de importâncias tratadas no § 5º do art. 47, devidamente atualizadas;
- g) deixar de proceder à exclusão da operação de crédito consignado considerada irregular, prevista no inciso I do art. 48;

PENALIDADES

(continuação - art. 52, II – suspensão 5 dias úteis)

- h) deixar de responder, tempestivamente, às reclamações registradas pelos beneficiários na plataforma da SENACON (consumidor.gov.br), ou respondê-las de forma não conclusiva ou, ainda, deixar de apresentar os documentos pertinentes;
-
- i) ocorrer reclamações ou recomendações oriundas de órgãos de fiscalização e/ou defesa do consumidor, bem como, sentenças judiciais transitadas em julgado tratando de prática lesiva ao beneficiário ou ao INSS;

PENALIDADES

(continuação - art. 52)

- III - **suspensão** do recebimento de novas consignações/RMC pelo **prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis**, enquanto perdurar o motivo determinante, nos seguintes casos:
 - a) deixar de observar as regras de funcionamento da plataforma da SENACON (consumidor.gov.br) que impliquem a desativação temporária do cadastro da instituição consignatária acordante, conforme estabelecido no ACT;

PENALIDADES

(continuação - art. 52, III – suspensão prazo mínimo de 5 dias úteis)

- b) descumprir as cláusulas do ACT, normas ou instruções expedidas pelo INSS, não tratadas especificamente nesta Instrução Normativa, e na legislação em vigor sobre a matéria; e
- c) deixar de manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a celebração do ACT, previstas na Portaria nº 76/DIRBEN/INSS, de 3 de fevereiro de 2020;

PENALIDADES

(continuação - art. 52)

- IV - **suspensão** de novas averbações para consignações e/ou RMC por **15 (quinze) dias úteis**, nos casos de:
 -
 - a) reincidir as infrações punidas com as penalidades previstas nos incisos II e III; e
 -
 - b) enviar o comando de averbação para efetuar descontos no benefício e/ou efetuar depósitos na conta bancária do beneficiário, decorrentes de contratação de crédito consignado não autorizada por ele nas formas previstas no art. 3º e inciso I do art. 15;

PENALIDADES

(continuação - art. 52)

- V - **suspensão** de novas averbações para consignações e/ou RMC **por 30 (trinta) dias** úteis, em caso de reincidência das infrações punidas com a penalidade prevista no inciso IV;

PENALIDADES

(continuação - art. 52)

- VI - **rescisão do ACT:**
-
- a) havendo reincidência das infrações punidas com a penalidade prevista no inciso V;
- b) caso a pendência ensejadora da penalidade prevista no inciso III não seja regularizada no prazo de 30 (trinta) dias;

PENALIDADES

(continuação - art. 52, VI rescisão do ACT)

- c) em caso de desativação definitiva da Instituição Consignatária Acordante na plataforma de reclamações da SENACON (consumidor.gov.br); e
-
- d) por determinação judicial.

PENALIDADES

(continuação - art. 52)

- § 1º Se o ato infracional que deu causa à penalidade de suspensão não for regularizado no prazo estabelecido, o recebimento de novas averbações ficará suspenso por tempo indeterminado, até que seja sanada a infração, a critério do INSS, ou até a conclusão da análise referente a impugnação apresentada pela instituição consignatária acordante.
- § 2º Considera-se reincidência a repetição de ato infracional do mesmo tipo, no período de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da penalidade aplicada, bem como, a incorrência em 3 (três) tipos de condutas infracionais distintas, no mesmo período.

PENALIDADES

(continuação - art. 52)

- § 3º Na hipótese de reincidência de que trata o § 2º, obrigatoriamente, aplicar-se-á a penalidade mais severa, observada a gradação estabelecida nos incisos I a VI.
- § 4º Considera-se prática lesiva ao beneficiário, para os fins previstos nesta Instrução Normativa, a conduta da instituição consignatária acordante que, violando preceito normativo, cause dano, de qualquer espécie material ou moral ao beneficiário.

PENALIDADES

(continuação - art. 52)

- § 5º O INSS poderá, quando cientificado de prática de atos lesivos ao beneficiário ou à imagem da Autarquia, suspender o recebimento de novas averbações, cautelarmente, até que a instituição consignatária acordante apresente elementos conclusivos que justifiquem ou descaracterizem tais atos.
- § 6º No caso de publicidade enganosa ou abusiva comprovada, a instituição consignatária acordante deverá se retratar ou corrigir a informação divulgada no mesmo veículo de comunicação então utilizado e, no mínimo, com igual espaço e destaque.

PENALIDADES

(continuação - art. 52)

- § 7º Será **proibida** a celebração de novo ACT pelo prazo de **até 2 (dois) anos**, a contar da data da publicação da **penalidade máxima** referente à rescisão do ACT.
-
- § 8º As penalidades previstas nos incisos I a VI serão aplicadas, no âmbito do INSS, independentemente das que possam ser adotadas, pelo mesmo fato, no âmbito do sistema de autorregulação instituído pela Febraban e pela ABBC ou dos procedimentos instaurados nos órgãos e entidades de proteção e defesa do consumidor.

Agradecemos a atenção



MINISTÉRIO DO
TRABALHO E PREVIDÊNCIA

